

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PRETO, Affonso Celso de Ouro. Affonso Celso de Ouro Preto (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 43min).

**Affonso Celso de Ouro Preto
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Kelly de Souza Ferreira; Oliver Stuenkel ;

Técnico de gravação: Carolina Soares Pires; Ninna Carneiro;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 09/12/2014 a 09/12/2014

Duração: 1h 43min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

Temas: Anos 1990; Anos 2000; Argentina; Ásia; Austria; Banco do Brasil; Brasil; Celso Amorim; China; Cooperação econômica; Crises políticas; Diplomacia; Embraer; Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Henry Kissinger; Luiz Inácio Lula da Silva; Ministério das Relações Exteriores; Organização Mundial do Comércio ; Oriente Médio; Palácio Itamaraty; Petrobras; Política externa; Política internacional; Relações internacionais; Sistema político; Sociedade civil;

Sumário

Entrevista: 09/12/2014

Arquivo 1: convite feito pelo Embaixador Barros Netto para que se tornasse embaixador do Brasil na China no ano de 1999; a visita com Celso Amorim à China no início dos anos 1990; relato sobre a visão negativa que os estrangeiros tinham sobre a China no ano da sua chegada ao país; fechamento de agência do Banco do Brasil na China em 2000; a opinião das empresas brasileiras sobre a China em relação a outros países da Ásia no início dos anos 2000; relato sobre a estrutura física e pessoal da embaixada brasileira na época de sua atuação; a falta de informação sobre a China dentro do Itamaraty nos anos 1990 e 2000; relato sobre o seu trabalho com temas internacionais durante o seu período na Áustria; relato sobre o tratamento pessoal dos chineses; o lançamento do CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres); reconhecimento do Brasil como potência regional por parte da China; opinião sobre o sistema político chinês; a presença de correspondentes internacionais de jornais brasileiros na China; primeiros contatos com o Ministério das Relações Exteriores Chinês; relato sobre o embaixador da Argentina para a China durante a sua estadia; as duas visitas do presidente Lula à China; A visita de Jiang Zemin ao Brasil no segundo governo Fernando Henrique Cardoso; problemas e políticas comerciais envolvendo Brasil e China; aumento do número de diplomatas brasileiros na China ao longo dos tempos; mudança da posição brasileira em relação a China com a gestão de Lula na presidência e Celso Amorim no Itamaraty; a atuação da EMBRAER na China; A presença de famílias e empresas familiares brasileiras na região de Guandong; As viagens para diversas regiões na China; opinião sobre o governo de Hu Jintao e Jiang Zemin.

Arquivo 2: Visita de Jiang Zemin ao Brasil em 2001 e a reação de Fernando Henrique Cardoso; as críticas que Brasil e China fazem aos Estados Unidos; o projeto de crescimento de Deng Xiaoping; a proximidade chinesa com Venezuela e Cuba; a falta de crítica do governo brasileiro aos eventos de 1989 na China; reaproximação comercial entre Brasil e China no momento em que foi embaixador na China; a desconfiança do governo brasileiro com a entrada excessiva de chineses no Brasil; relato sobre funcionários da embaixada brasileira em Pequim que se casaram com chinesas; a falta de presença da sociedade civil nas cooperações promovidas pelo Brasil; a falta de especialização em áreas geográficas por parte do Itamaraty; a presença de especialistas chineses que falam português; a China como principal parceira comercial do Brasil; a negociação da China com o Brasil para a entrada na OMC; a criação do COSBAN; a falta de um consenso entre as empresas e associações de empresas brasileiras sobre o aumento do comércio com a China; relato sobre o seu tempo como coordenador para o Oriente Médio dentro do Itamaraty; a necessidade de uma posição coordenada em relação a China dentro do Itamaraty; instalação de um escritório da Petrobras na China em 2003; as mudanças ocorridas no Itamaraty com mudança de governo e regime; a não existência de uma fidelidade política dentro do Itamaraty; opinião sobre as semelhanças das políticas externas chinesas e brasileiras; a grande visita de Lula a China acompanhado de políticos e 400 empresários; a falta de interesse na China por parte do governo Dilma; a importância dos Institutos Confucius para a China e a sua presença no Brasil; a falta de experts brasileiros sobre China; opinião sobre Kissinger; o seu interesse sobre a história chinesa.

Entrevista: 09/12/2014

K.F. - Embaixador, nós faremos algumas perguntas sobre o período em que o senhor foi embaixador na China. Como foi feito o convite para o senhor se tornar embaixador na China? Foi o ministro Lampreia que entrou em contato? O senhor se lembra da data?

A.P. - A data exata eu não lembro, mas não foi o ministro Lampreia, porque ele não estava naquele momento em Brasília. Foi o número dois dele, o embaixador chamado no Itamaraty de Bambino.

K.F. - Barros Neto?

A.P. - Barros Neto. Que é da turma, como o Lampreia era. Mas o convite foi muito curioso e demonstrou uma atitude que se prolongou por muito tempo. Houve uma hesitação quando se fez o convite. Foi em 1999 que isso ocorreu. Eu era, então, embaixador na Áustria e me ocupava também de temas internacionais na Áustria. Quando o Barros, Bambino, me convidou, fez uma sondagem um pouco cuidadosa, como se estivesse me convidando para um lugar muito ruim. Para um lugar onde os aspectos negativos fossem mais importantes que os positivos, o que demonstra qual era a opinião que se tinha da China. Ir para a China era um desafio diante do qual se hesitava. Não era um prêmio. O Bambino, amigo meu, introduziu esse convite com muito cuidado. Eu senti claramente que, para ele, ele estava fazendo algo desagradável. Ele estava me convidando para ir para um lugar cuja importância era limitada. O que é que era a China? O país, obviamente, ia estourar a qualquer momento, bem atrás do Japão. País que não tinha se recuperado dos eventos de 1989. Um país com pés de argila, um país muito fraco, um regime sem qualquer futuro. Um país diante do qual só se podia sorrir. Essa era uma opinião, talvez eu esteja exagerando agora, mas muito frequente.

O.S. - O senhor conhecia a China, naquela época, já?

A.P. - Eu tinha estado uma vez na China, acompanhando o Celso Amorim. Foi quando ele foi ministro do Itamar.

O.S. - Certo, em 1994?

A.P. - É, foi em 1994. Mas uma visita muito curta, três ou quatro dias. Eu aceitei, portanto, o convite, imediatamente. Era tão negativa a imagem, que a minha mulher ficou furiosa.

O.S. - O senhor a consultou? Ou aceitou na hora e a informou?

A.P. - Eu achei que era um convite que eu não podia negar, e se eu negasse, eu ia para o Haiti, no dia seguinte... Na minha cabeça, era muito importante. Mas essa ideia negativa da China, eu verifiquei que ela existia, não só no Brasil, mas na comunidade internacional. Quando eu cheguei, as embaixadas estrangeiras em Pequim sorriam, ou então tinham nojo. Havia um ar de desprezo total. Mostrava as cifras de progresso, e aí caíam na gargalhada. “Como é que pode ser isso? Isso é tudo mentira, é tudo falso. Quanto tempo vai durar? Um ano, ou dois”. Havia uma atitude quase cômica de negativismo frente à China. Talvez para as superpotências, como os Estados Unidos, não tanto, mas a maior parte do corpo diplomático, os jornalistas, os estrangeiros etc. tinham uma atitude *muito* negativa. E esse negativismo, no Brasil, por motivos diferentes, se prolongou, posso dizer, até hoje. Eu tive, por exemplo, certos... Não digo incidentes, mas acontecimentos. O Banco do Brasil tinha um escritório que foi fechado...

O.S. - Foi fechado quando?

A.P. - Olhe, um ano depois da minha chegada. Ano 2000... Não me lembro, não tenho aqui a cifra exata. Foi fechado por recomendação do gerente. Para reabrir, foi um processo que levou anos. Eu fiz até, escrevi para o presidente do banco, para o Itamaraty, dizendo que era uma loucura aquilo fechar. “Para quê ter um escritório do Banco do Brasil lá?”. Essa era a atitude. A Vale do Rio Doce mandou uma delegação, com seu então presidente, doutor Agnelli, com quem tive vários contatos. Eu jantei com ele, por sinal, em Xangai. Isso em 2001... Eu não sou capaz de reproduzir a data exata. E ele me perguntou: - “Olhe, nós temos três opções na Ásia: Japão, Coreia, China. Nós devíamos nos concentrar em qual país?”. Ele hesitava. Ele colocava a Coreia em pé de igualdade com a China. Eu disse: - “Tem que ser a China. Todo o futuro de vocês vai depender desse mercado”. E eles compreenderam. Não pretendo dizer com isso que fui eu que mudei a opinião da Vale do Rio Doce, mas o fato de que eles hesitassem, naquele momento, entre esses três países...

K.F. - É um indicador?

A.P. - É um indicador. O *staff* da embaixada do Brasil em Tóquio era o dobro do de Pequim. Estar em Tóquio era muito mais... Como é que eu poderia dizer?... *glamorous*, do que estar em Pequim.

K.F. - Como estava a embaixada no momento em que o senhor chegou?

A.P. - Com pouca gente, com pouco dinheiro. Um prédio bem feioso. Porque o Brasil, como você sabe, reatou relações muito tarde, não é? Reconheceu em 1974, e abriu a embaixada em 1975, depois da maioria dos países latino-americanos. O Brasil seguiu um esquema de Guerra Fria, regime militar, e foi bem tarde que ele transferiu de Taiwan a Pequim as suas relações. Depois ocorreram incidentes, claro. Aqueles dois diplomatas chineses, que em 1964 foram presos e maltratados no Brasil. Tema que nunca foi abordado pelo governo chinês, nunca.

O.S. - No processo de preparação, o senhor entrou em contato com os ex-embaixadores da época? Quais são os livros que o senhor consultou? O senhor chegou a entrar em contato com alguns especialistas, aqui no Brasil, ou julgou que não havia, naquela época, muitas pessoas, centros de estudos etc.?

A.P. - No Brasil, no Itamaraty, infelizmente, esse processo é muito desordenado. Não há nenhuma instrução, não há nenhuma organização que prepara. Supõe-se que a pessoa vai improvisar, sobretudo naquela época; hoje, talvez, um pouco menos. Eu tentei ler um pouco. Não havia tanta literatura disponível sobre a China contemporânea no Brasil na época. Não havia. Um tema, obviamente, muito interessante, sobre o qual eu tinha lido, por conta própria, antes. Sobre a história moderna da China, sobre, a Revolta dos Taipings, dos Boxers, a queda da monarquia, em 1911, a guerra civil, enfim. Como muita gente da minha geração, eu tinha lido sobre a China, mas eu não pude dialogar, de maneira aprofundada, com ninguém. Eu estava fora do Brasil, inclusive. Na Áustria, o meu trabalho era, sobretudo, nas agências internacionais. E, então, por ordem alfabética, a nuclear era mais importante, a AIEA. Tinha o embaixador da Bélgica, o qual era um amigo meu, e eu informei: - “Olha, eu acho que vou para a China”. Ele me deu pêsames (riso). Um diplomata de carreira também, então (risos). Havia esse clima geral de muito pessimismo. Pessimismo quanto ao futuro do regime. Os incidentes de 1989 tinham acontecido há poucos anos. A famosa visita de Deng Xiaoping, em 1992, no sul da China, não se sabia se aquilo ia se consolidar. Deng Xiaoping tinha morrido em 1997. Será que Jiang Zemin, discípulo dele, ia manter aquela linha de abertura econômica? Havia uma dúvida. Qual seria a rapidez do crescimento da China? Ia se manter, ou não? O exemplo da antiga União Soviética, a vizinha, ia acontecer na China, ou não? Havia muitas perguntas. Era o momento em que havia uma hegemonia norte-americana no mundo. Como é

que a China poderia fazer uma transição econômica de uma economia rigorosamente estatal para uma economia semiaberta? Com empresas privadas, com aquelas cooperativas locais, com zonas de livre comércio, abertas pelo Deng Xiaoping; eram cinco, se não me engano. Será que isso vai dar certo? Tão distante do Japão, glorioso Japão. E eu, curiosamente, nos anos que eu passei, que foram cinco, vi uma mudança.

K.F. - Qual foi a sua primeira impressão ao chegar na China? Dos chineses, da população, da sociedade?

A.P. - Olha, os chineses me trataram sempre muito bem. Me trataram muito bem. Os chineses tinham definido o Brasil como parceiro estratégico. Tinha havido aquela visita do então presidente do Banco Central, que tinha feito essa definição. Então, cada vez que eu ia ao Ministério, me lembravam que eu era parceiro estratégico. Não tinha um significado muito concreto ainda. Havia algo importante que existia. Que era, como você sabe muito bem, o projeto de satélites.

K.F. - O CBERS¹.

A.P. - O CBERS. O CBERS tinha sido assinado em 79, foi bloqueado pelo Collor. E o primeiro satélite foi lançado em 1999. Ontem, ou anteontem, foi lançado o quarto.

O.S. - Inclusive já foram enviadas, nos jornais, as primeiras fotos.

A.P. - Não é nem uma grande notícia mais, tornou-se algo rotineiro. Mas era algo fantástico. Porque, primeiro, era o mais importante projeto de cooperação entre países em desenvolvimento, Sul-Sul. Para o Brasil, tinha uma importância enorme. Muita gente, no Brasil, disse que aquilo era um mero gesto de propaganda. Mas não é verdade. O CBERS permite ver as queimadas da Amazônia, ou de Mato Grosso, as terras ocupadas, as secas. E é importante para a China também, e pode ser vendido para terceiros. Ou seja, já tinha uma importância muito grande. Passaram-se 14 ou 15 anos e não houve muito progresso, a não ser lançar a cada quatro anos. A do ano passado falhou. O veículo lançador estourou, quebrou,

¹ Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), foi um acordo de parceria envolvendo o [INPE \(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais\)](http://www.inpe.br) e a [CAST \(Academia Chinesa de Tecnologia Espacial\)](http://www.cast.ac.cn) para o desenvolvimento de um programa de construção de dois satélites, tendo como intuito a implantação de um sistema completo de sensoriamento remoto de nível internacional. (Fonte: <http://www.cbbers.inpe.br/>. Acessado em 09/02/2015).

enfim, não sei exatamente. Mas era uma coisa fantástica. Era o grande ponto positivo que havia nas nossas relações diplomáticas com a China. No momento, mais ou menos, da minha chegada. Evidentemente, eu não tenho qualquer responsabilidade por isso, mas eu vi a importância que o governo chinês concedia àquilo. Eu fiquei muito impressionado. Me levaram ao deserto, lá, onde foi disparado.

O.S. - O senhor chegou a acompanhar o primeiro lançamento?

A.P. - Cheguei, sim. Os chineses nos levaram. Não veio nenhum ministro do Brasil para aquilo. Ficou em nível de embaixador. Para o segundo, os chineses convidaram todos os embaixadores brasileiros que haviam servido na China. E quase todos vieram. Mas é uma obra fantástica. Era um primeiro passo muito importante nas nossas relações. Mas mesmo assim, as nossas relações continuavam corretas, mas distantes. Não havia qualquer problema bilateral entre os dois países. Nós reconhecíamos as fronteiras, a soberania sobre Taiwan, como os demais países da comunidade internacional. Não tínhamos problemas com o Tibet, não tínhamos problemas com direitos humanos, porque a tradição brasileira não foi criticar os direitos humanos dos outros. Na medida, teríamos que criticar os direitos humanos na Arábia Saudita, por exemplo, e de outros países ainda. Eles nos reconheciam como potência regional. No que diz respeito a um tema, como vocês sabem, que tem uma importância imensa no Brasil, que é o do Conselho de Segurança das Nações Unidas, eles tinham uma atitude prudente. Eles reconheciam que o Conselho de Segurança tinha uma composição injusta, particularmente injusta para os países em desenvolvimento, mas não iam além disso. É evidente que todos nós entendíamos que eles não queriam que o Japão pudesse entrar no Conselho de Segurança, e sem dizer oficialmente, tampouco queriam que a Índia.

O.S. - Não mudou muito, até agora.

A.P. - É a mesma atitude muito discreta. Com o Japão, menos discreta, mas com a Índia há uma relação complicada, um enclave. Mas a posição de julgar injusta a distribuição do Conselho de Segurança, e de definir essa composição como, sobretudo, injusta contra os países emergentes, era considerado, pelo governo brasileiro, como um passo importante.

O.S. - A China, talvez, de todos os países, é o menos transparente, no sentido de entender os processos de decisão, de entender onde estão os núcleos de poder, quem realmente toma as

decisões. Havia pessoas, na embaixada, que falavam chinês, na época? Como se supera essas dificuldades? São, por exemplo, o seu consultor, em algum momento, algum embaixador que já esteve em algum país por muitos anos, talvez a Argentina ou alguns países... Como se lida com aquilo? Porque não é um país como a Argentina, em que você pode ler o jornal, etc., e entender. Quais são os meios para começar a saber quais são as pessoas chave?

A.P. - Você tem toda a razão - eu estou chovendo no molhado, evidentemente - que o sistema político chinês é um dos mais complexos. Eu costumava dizer que se parece com o Irã. Isso é uma opinião minha, porque, no Irã, você tem dois níveis de poder: poder religioso e poder político. Na China, também. Não tem o poder religioso, evidentemente, mas tem o Partido e o governo. Evidente que os Presidentes, aqueles que nós chamamos de Presidentes, são muito mais poderosos, na sua qualidade de Secretários-Gerais do Partido, do que o Presidente. Mao Tsé-Tung nunca foi Presidente. Deng Xiaoping também não. E Deng Xiaoping governou a China sendo, apenas, um professor de cartas, de bridge. É um sistema complicadíssimo. Porque você elege uma comissão permanente do partido, que tinha nove, agora voltou a ter sete membros; você tem, que é a verdadeira fonte de poder, um poder, digamos, coletivo; você tem *primus inter pares*, mas que não exercem o poder absoluto, é um poder negociado. Esse grupo de nove, ou sete pessoas, que tem funções diferentes, distribuem poder entre si, e reconhecem uma prioridade, que depende da personalidade daquele que está sentado naquele lugar, que é o Secretário-Geral, Presidente, e o presidente da comissão militar. Você sabe muito bem, tem duas comissões militares, aliás, a do Partido e a do governo. Ou seja, qual é o poder desse homem? Até recentemente, entre Deng Xiaoping e hoje, ele se diluía, esse grupo. Hoje, nosso amigo Xi Jinping está demonstrando um apetite pelo poder maior. Parece, e é muito difícil avaliar com precisão, que ele está se sobressaindo e sendo um verdadeiro chefe. O que é que vai acontecer, de que maneira vai continuar? A arma usada, hoje, tem sido a perseguição à corrupção.

O.S. – Vocês tinham, naquela época, gente que falava o mandarim? O senhor contemplou a possibilidade de aprender o idioma, por um tempo?

A.P. - Naquela época, na embaixada, havia *um* funcionário que estudava chinês, mandarim. E que era uma pessoa que, digamos, simplificando, que não gostava da China, que tinha um ar muito arrogante... Ele era casado, tinha um filho. Não queria que tocassem no filho dele. Aquela

gente imunda não podia tocar. Tinha uma atitude de uma arrogância constrangedora. Além dele, *ninguém, nenhum* diplomata falava chinês. Havia funcionárias, algumas brasileiras, que, sim, falavam chinês. Eu tinha uma secretária particular que falava chinês perfeito; eu tinha alguns amigos lá, naquele grupo de estrangeiros, com os quais eu me informava, e o principal deles era embaixador da Índia, que tinha estado na China, nos últimos 25 anos, várias vezes. Falava chinês melhor que inglês. Conhecia a China profundamente bem. Tinha, também, um embaixador belga, pequeno país, etc.; tinha um português, também, que entendia de China, talvez Macau. A filha dele era diretora do museu de Macau. Então, havia um pequeno grupo de pessoas que sim, sabiam. Nós tínhamos, como todo mundo lá, em Pequim, acesso à imprensa de Hong Kong, em inglês. A qual informa muito sobre a China. Não posso dizer que era um instrumento de oposição, mas dizia muito, e havia jornalistas, alguns dos quais estavam bem informados. A maioria, não, mas alguns dos quais. E era nesse grupo informal que se podia tentar obter. Do governo chinês, não.

O.S. - Havia um correspondente permanente de algum jornal brasileiro?

A.P. - Havia.

O.S. - Da Folha de São Paulo?

A.P. - Da Folha. E que era uma flor de pessoa, muito simpática, muito inteligente, mas não tinha um apetite de pesquisa. Antes, houve um problema na embaixada com um rapaz, também da Folha, porque ele pediu asilo dentro da embaixada, ele dizia que ia ser perseguido pelas autoridades chinesas, mas era uma...

O.S. - Ilusão?

A.P. - É, mas, hoje em dia, há uma presença de jornalistas, sobretudo da Folha, constante. É difícil ser jornalista estrangeiro na China.

K.F. - Como foram os seus primeiros contatos com o governo chinês, receber as credenciais, as primeiras negociações...?

A.P. - Meus contatos foram com o Ministério, claro, onde foram muito corteses. Se tinha logo a impressão que o Ministério das Relações Exteriores não era uma fonte muito importante de poder, que o verdadeiro poder não estava lá. Eu fui recebido, como todo mundo que chegou ao mesmo tempo que eu, pelo Jiang Zemin, que, curiosamente, entendia

português (risos). Porque ele tinha vivido na Romênia, de língua latina, é claro. Não sei muito bem se foi na época da Revolução Cultural, mas ele entendia, digamos, 30%. Porque falamos português, uma vez, na frente dele, ele riu e disse: - “Eu estou entendendo”.

O.S. - Espero que não tenha falado mal dele [risos].

A.P. - Ele era muito vaidoso, sobre línguas, etc., queria ser um cosmopolita. Uma personalidade muito simpática. Mas os contatos, corretíssimos, nos chamaram. Éramos parceiros estratégicos. Pediram nosso voto para a OMC² e o Brasil deu. Depois foi criticado aqui, porque não tínhamos pedido concessões em troca. A acusação que se fez, aqui no Brasil, foi de ter entregue sem exigências. E os contatos com o Ministério, formais, aquelas reuniões de partido, nas quais era preciso decifrar os discursos com grande cuidado para entender se estava ocorrendo uma mudança ou não. Se exigia uma atenção, um cuidado. Era um exercício fascinante, do qual eu gostava muito. Mas era difícil. Se ler um discurso, do Secretário-Geral do Partido, comparar com o discurso do ano anterior e ver se havia diferença. Ver quais eram as características. Na nossa época, já não se falava mais no Mao Tsé-Tung, falava-se um pouco de Deng Xiaoping, criador da China moderna. Mao Tsé-Tung um pouquinho, mas muito pouco, muito pouco. Havia um grande esforço para entender o que estava acontecendo no país, mas nos tratavam muito bem. Você falou, mencionou um país, Argentina. O embaixador da Argentina era um senhor cujo destino havia sido decidido pelo fato que ele tinha servido o regime militar argentino, e o mandaram para a China, como castigo. Isso mostra a escala de valores. Mas o Brasil mudou. Não posso dizer que fui eu, seria bobagem dizer. Foi mudando e começou a ter um pouco de medo. Nos anos que eu passei na China, nenhum presidente brasileiro visitou a China, exceto um, que foi o Lula.

O.S. - Bem no final.

A.P. - No final. O Lula visitou duas vezes a China, no meu período. Na primeira vez, ele não tinha sido eleito, ainda.

O.S. - Sim, exato. Inclusive, essa foi uma viagem importantíssima, onde, inclusive, foi o Dirceu, o Palocci...

² Sigla para Organização Mundial do Comércio

A.P. - Foram todos, exatamente.

O.S. - Foi uma viagem importantíssima, onde eles montaram o plano de governo, inclusive.

A.P. - É, exatamente. Não participei das reuniões entre eles, mas eu me lembro do Lula, que tinha ouvido uma conferência chinesa, se vira para o Zé Dirceu e disse: - “Ah, gostaria que os companheiros ouvissem quanto eles falam de mercado” (risos). Eu estava ao lado, eu ouvi isso. Depois ele voltou, poucos meses depois, já presidente. O Jiang Zemin, então presidente, no início do meu, se posso dizer, mandato (risos), visitou o Brasil. Foi recebido pelo Fernando Henrique, que adorou o Jiang Zemin. O levou para o [Palácio da] Alvorada, para uma conversa, depois do jantar. As conversas eram no Itamaraty, levou para o [Palácio da] Alvorada, mas nunca foi à China, pelo menos durante a minha presença lá. Na época do Fernando Henrique, e, sobretudo, do Lampreia, não havia uma prioridade concedida à China. Essa prioridade foi aumentando, evidentemente, primeiro, porque o comércio bilateral explodiu, sobretudo depois dos anos 2000. Começou a haver aquele mal-estar no Brasil, de que o comércio exterior se concentrava em algumas *commodities*. Soja, ferro, um pouco de petróleo, celulose, derivados de soja. E havia uma agitação com a China, por causa disso. A missão nossa passou a ser obter a abertura da economia chinesa para o Brasil. Coisa que nunca fizeram, porque nunca tinham fechado. A China é um país cuja economia é muito mais aberta que a brasileira. 30% do PNB da China é aberto, é comércio internacional. No Brasil, é 10 a 12%, uma coisa assim.

O.S. - Ainda no início de 1999, a China proibiu as importações de carne bovina, não é?

A.P. - Houve um problema com carne bovina. Houve uma negociação constante, o que é normal. A carne bovina brasileira foi proibida em muitos lugares também. O que os chineses diziam é: “vocês brasileiros não exportam, porque tem uma produtividade baixa, uma burocracia pesada, falta logística”. São acusações, infelizmente, verdadeiras. Temos um sistema fiscal complicadíssimo, temos uma burocracia que é o dobro da chinesa. O que é um paradoxo, mas que é verdade. Então, o Brasil se limitava a exportar *commodities* como a Argentina, o Peru, Chile; todos da América Latina o faziam. Não era um castigo contra o Brasil. O problema era, simplesmente, que esses países emergentes tinham se concentrado nessas *commodities*, e, infelizmente isso limitava nosso comércio bilateral. Se bem que é, ainda assim, um comércio... Eu me lembro de, há poucos dias, ter lido o relatório do Banco Mundial, que mostra como o comércio Brasil- China representa 2% do Produto Nacional Bruto brasileiro.

Ou seja, muito pouco. Dizer que a indústria brasileira está ameaçada pela China não é verdade. É claro que nós sabemos do processo de desindustrialização brasileiro, mas não podemos atribuir isso à China ou dar uma prioridade, nesse processo, a uma concorrência desleal chinesa.

K.F. - Já que o senhor tocou nesse assunto, sobre o comércio bilateral, em dezembro de 1999, o senhor enviou um telegrama ao Itamaraty, dizendo o seguinte: “Parece estar se cristalizando, entre os dois países, um tipo de relacionamento comercial vertical. Do tipo país industrializado com país pré-industrial, em que o Brasil fornece *commodities* e matérias-primas, e a China, cada vez mais, busca colocar no mercado brasileiro produtos de alto valor agregado”. Qual foi a resposta ou repercussão a isso?

A.P. - Olha, eu estava aí reproduzindo uma atitude muito frequente na chancelaria, na sociedade brasileira. A diferença, talvez, e isso está nesse relatório do Banco Mundial, é que a China se especializava muito em produtos de baixo valor: têxtil, brinquedos, sapatos. Esses produtos de baixo valor agregado viajaram, ou estão viajando. Estão indo para Vietnã, Indonésia, Bangladesh... Para os países vizinhos, onde a mão de obra continua muito barata, mais barata do que na China. Curiosamente, a China está se livrando, e sendo obrigada a se livrar, desses produtos de baixo valor agregado, que eram uma especialidade chinesa. A China, agora, está no alto valor agregado.

O.S. - E os salários?

A.P. - E, curiosamente, talvez o Brasil esteja no médio valor agregado, nas suas exportações para a União Europeia, e mesmo para os Estados Unidos. Agora, é uma situação essa, de nosso comércio bilateral especializado nessas poucas *commodities*, que é notável. O que é que nós vamos fazer? A China está aí; nós não vamos, evidentemente, acabar com ela. A China é uma potência, hoje, global. A China é a maior potência industrial do mundo. Não é uma potência econômica, mas industrial, e nós temos que conviver com isso. Nós, e não estou me referindo aí a esse trabalho do Banco Mundial. Esse trabalho do Banco Mundial mostra como as *commodities* podem implicar, embutir, um grau de valor agregado. Pode vender soja, mas pode vender farelo de soja, pode vender óleo, você pode exportar carne, mas carne desossada, ferro, primeira etapa... Ou seja, elas já incluem um setor de serviços, de transporte, etc. Essas *commodities* já embutem *algo* semi-industrial, do qual era bom lembrar. E tentar – eu estou falando aí do que se poderia imaginar fazer – especializar o Brasil num número reduzido de

produtos. Mas agora o problema todo é a nova política chinesa. A primeira grande crise, em 2008/2009, que afetou todo mundo –, menos a China, muito menos a China – implicou na nova opção econômica chinesa, que é o *soft landing*: se possível, exportar menos e desenvolver a área de serviços para a área interna. Passar de 10 a 7 por cento, ou talvez menos, por ano. Agora o problema era como é que isso iria afetar o Brasil. O trabalho do Banco Mundial faz um estudo sobre isso, e diz que isso não é, necessariamente, negativo para o Brasil. Aí eu não estou citando mais o Itamaraty, mas esse trabalho não tem nada a ver. É que eu achei muito interessante.

K.F. - Falando no Itamaraty, você recebia alguma instrução, ou viu algum interesse crescente, maior contato do Itamaraty com o senhor, na questão do desenvolvimento das relações?

O.S. - Lembrando, aqui, que, em 2001, saiu, pela primeira vez, o conceito do grupo BRIC.

A.P. - É.

O.S. - Que ainda não teve o impacto que tinha a partir de 2003...

A.P. - Mas ele não estava institucionalizado, em 2001. Era uma ideia lançada...

O.S. - Era uma ideia. Começou a ter impacto em 2003.

A.P. - Mas ela atende a uma visão do mundo da China, que é de olhar com atenção para as potências regionais. Os grandes países em desenvolvimento, que possuem um peso político e uma dimensão geográfica e econômica nas suas respectivas áreas. Evidentemente, o Brasil é o candidato para isso.

O.S. - Agora, com relação à pergunta da Kelly, então, o senhor, por exemplo, conseguiu, houve um aumento do número de diplomatas ao longo do tempo?

A.P. - Houve. Nós ultrapassamos o Japão, eu não sou capaz de lhe dizer exatamente quando.

O.S. - E durante o seu tempo na China? Com a entrada do Celso Lafer, havia uma mudança, no sentido de que o Brasil chegou a se interessar um pouco mais pelas relações Sul-Sul, ou isso foi só realmente palpável mesmo, tangível, com a chegada do Lula? Havia realmente uma mudança, assim, explícita, dando mais ênfase ao chamado Sul Global?

A.P. - Olha, eu conheço o Celso Lafer, tenho grande respeito e admiração por ele, mas não creio que, no que diz respeito à China, houvesse uma mudança sensível de líder, não creio. Eu creio que o Lula, curiosamente, foi quem disparou essa aproximação Sul-Sul, etc., com, depois de tomar posse, o Celso Amorim. Provavelmente o Celso Amorim teve um papel muito importante nisso, e aí a China virou um parceiro obviamente muito importante, não só econômico, mas político também. Precisa resolver esse problema das *commodities*, não é? Que eu creio que, a curto e médio prazo, não tem solução. O Brasil vai continuar a exportar *commodities*. É verdade que o Brasil tem, como todos nós sabemos, um comércio espalhado pelo mundo todo. Se exporta *commodities* para a China, não exporta suas *commodities* para a União Europeia, inclusive porque eles subvencionam a sua agricultura. Seria muito difícil exportar soja para lá... O Brasil consegue ter uma rede de exportações muito espalhada, e apesar do volume da exportação chinesa, do comércio e do intercâmbio chinês... Acho que chega a 45 bi, não é uma coisa assim? O que é imenso. O fato de se concentrar em *commodities* com a China não significa que o comércio exterior brasileiro esteja, todo ele, concentrado em *commodities*. E essas *commodities* constituem algo que representa apenas uma área em que o Brasil tem uma grande vantagem. Outros países como o Canadá, África do Sul, o próprio Estados Unidos, também exportaram muitas *commodities*, a Austrália. Uma pena que não possamos, por enquanto, exportar produtos industrializados para a China, mas é inevitável.

O.S. – Há exceções, como a EMBRAER.

A.P. - A EMBRAER, talvez outros. Essa é a análise que o Banco Mundial faz. Na medida em que o mercado interno aumenta a importância da China, esta talvez deixe de exportar para terceiros países, onde ela fazia concorrência ao Brasil. E isso ajudaria as exportações brasileiras. E essa concentração maior no mercado interno, pode deixar certas áreas, ou frestas, em que o Brasil poderia se especializar e exportar. Sendo que provavelmente vai continuar sendo a área prioritária, a de *commodities*. Esse trabalho do Banco Mundial é interessante, eu achei, porque mostra que não se deveria, no Brasil, ver de uma maneira puramente negativa a nova política econômica chinesa.

O.S. - Conte um pouco para nós sobre toda a questão da EMBRAER. A EMBRAER entrou em contato com o Itamaraty para facilitar as coisas? O senhor ficou sabendo como, e qual foi o seu papel na chegada?

A.P. - A EMBRAER nos procurou, evidentemente que ela já tinha contatos com empresas chinesas, que são estatais, mas que fazem concorrência entre si, uma boa tradição chinesa. A EMBRAER conseguiu um contrato com a *South China*, primeira empresa com a qual ela teve o contrato. Depois ela entrou, se associou a uma empresa chinesa, não me lembro qual...

K.F. - Wuhan Air.

A.P. - É. Para montar aquela fábrica no norte da China.

K.F. - Em Harbin.

A.P. - Em Harbin, onde eu fui várias vezes. Eu recebi um frio horrível, perto da Sibéria (risos). Já esteve lá?

K.F. - Sim, no festival das esculturas.

A.P. - Aquilo teve um sucesso moderado, porque os aviões de carga, os 145, nunca foram exportados em grande número. O que está se fabricando hoje, são os aviões pequenos, de luxo. O número de brasileiros era pequeno, na fábrica. Eu, evidentemente, recebi todo mundo na embaixada, em Pequim, mais de uma vez. Tive muitos contatos com eles. Houve um esforço paralelo, digamos. Não posso pretender que fui eu que fui o elemento determinante nisso, mas eu fui informado logo, a EMBRAER pediu apoio à embaixada, que era possível, e trabalhamos juntos, digamos. Eu, evidentemente, fiquei muito satisfeito com aquilo, e muito triste que aquilo não tenha prosperado tanto quanto se imaginava no momento. Eu não entendi por que a EMBRAER começou e quis fabricar aviões tipo 145, que era um modelo para 50 passageiros, e não era o mais moderno que a EMBRAER tinha. Poderia ter feito um esforço para aviões maiores e mais modernos. Acontece que, evidentemente, a EMBRAER bateu na concorrência chinesa. A China estava começando a fabricar aviões destinados ao mesmo mercado, e aquilo da EMBRAER mostrava a que ponto um setor dominado por empresas estatais fazia concorrência entre si. Então, o fato de ter um contrato com uma empresa estatal não significava que havia sido adotada uma política do Estado chinês de, digamos, comprar da EMBRAER. Cada empresa tinha uma grande autonomia, e que tornava o quadro um pouco confuso. Porque podia se ter a ideia, quando o primeiro contrato saiu, de: “Ah, o Estado chinês já aceitou”. Não

era verdade. Mas, de qualquer maneira, é um mercado, é uma área de prestígio para a EMBRAER. E, enfim, espero que continue.

O.S. - Certo. Mas o senhor sentiu alguma resistência, por parte do governo chinês, em fazer as concessões?

A.P. - Não, não senti. O governo chinês deixava um pouco que as empresas se matassem entre elas (risos). Que era uma atitude um pouco surpreendente. Como se ele, Estado chinês, dissesse que não havia uma política quanto a isso, e que essas empresas estatais tinham um comportamento um tanto semelhante a empresas privadas, apesar de pertencerem ao Estado. As empresas do sul da China tinham uma autonomia maior, as de Guangdong. Sempre, na China, Guangdong foi uma área de maior inovação, de maior desafio ao poder central... Até na imprensa.

O.S. - O senhor chegou a visitar, durante o seu tempo como embaixador, essas regiões com frequência?

A.P. - Visitei. A Província de Guangdong, no sul, Província de Cantão, tem uma área pequena, onde há várias empresas brasileiras familiares, que migraram do Rio Grande do Sul, do setor de sapato. Evidentemente ameaçadas pela concorrência chinesa, em Novo Hamburgo, se transferiram para [lá]... Mas transferiram-se não só o capital, a propriedade, mas os operários também.

O.S. – Que interessante.

A.P. - Então, há uma comunidade de uns 300, ou trezentos e poucos brasileiros lá, perto de Cantão. E tinham fugido da concorrência, simplesmente. Eu fui muitas vezes a Guangdong, inclusive para visitar a grande fábrica da Huawei, que está ao lado de Hong Kong. É uma região muito parecida com o Brasil, quanto ao clima, semitropical, e é muito interessante. Foi lá que o Deng Xiaoping consolidou a sua abertura, em 1992, abertura econômica. Lugar onde o Chiang Kai-Shek, também, nasceu. É uma província que teve sempre um papel importante na história; todas tiveram. Eu viajei, sim, não tanto quanto eu gostaria de ter viajado. Fui até o Tibet, que era uma coisa muito fácil, era só pedir autorização, eles davam em 10 dias. Eu achei muito bonito, uma experiência muito boa. Me levaram a Shandong, que, aliás, eu achei muito interessante, porque nos levaram para o lugar onde nasceu Confúcio. Eu achei muito engraçado

que a República Popular da China redescobrisse essa parte da sua cultura, que tinha sido condenada, todo mundo sabe, na época da Revolução Cultural, no fim, como... O Instituto Confúcio demonstra isso, as mudanças na China.

O.S. - Uma volta às raízes.

A.P. - A volta às raízes.

K.F. - O senhor observou alguma mudança quando Hu Jintao assume como presidente, em 2003?

A.P. - Hu Jintao era um mistério. Era um homem taciturno, um homem com uma cara fechada, muito cortês, mas é muito difícil dizer o que é que ele pensava. Jiang Zemin era muito aberto. Era muito... Ria, contava piada, etc. Hu Jintao tinha uma cara hermética. Não sou capaz de dizer se houve uma mudança, mas eu volto àquilo que eu estava dizendo: na época de Hu Jintao, o número um não tinha um poder absoluto.

O.S. - Ele tinha muitos problemas...

A.P. - Ele tinha problemas internos... Ele governava por consenso, para a tradição chinesa. Não é muito original dizer que a China e o Brasil se pareciam, porque no Brasil, há uma tradição de consenso também. No Brasil, a abolição da escravatura foi... Se esperou, até que houve um consenso que tinha que acabar. A independência foi um pouco um consenso também. Fim do regime militar, idem. Quer dizer, há várias etapas da história brasileira...

[FINAL DO ARQUIVO I]

O.S. - Eu queria só voltar no tema do Jiang Zemin, que visitou o Brasil em abril de 2001.

A.P. - É, e foi recebido pelo Fernando Henrique, que ficou encantado, o levou para o [Palácio da] Alvorada.

O.S. - Isso, o senhor comentou. Como aconteceu, o senhor voltou ao Brasil para fazer todos os preparativos, acompanhar todo o processo?

A.P. - Todos os preparativos eu não diria, mas eu estava presente quando ele veio, porque é uma tradição diplomática. Não ocorreram debates muito profundos, a não ser reiterar a amizade, falar de mundo bipolar, que era condenado, defender o conceito de multipolaridade, que o Brasil fazia mutuamente com a China, e vice-versa. Sem criticar diretamente os Estados Unidos, mas que fazia isso. Havia, por parte dos chineses, uma certa prudência, naquela época.

O.S. - De não aparecer como desafiador demais...

A.P. - É, a escola de Deng Xiaoping, era crescer moderadamente e ser um pigmeu político.

K.F. - Os 24 caracteres?

A.P. - É, exatamente. Mas, por parte dos chineses, havia uma prudência de não dar a impressão de que a China estava se metendo numa área que deveria ser considerada americana, que é a América do Sul. É verdade que eles tinham relações especiais com Cuba, até certo ponto estava começando com a Venezuela, mas não queriam dar a impressão de que eles, China, iam intervir, se interessar excessivamente, por uma área que cabia aos Estados Unidos. E essa atitude irritava um pouco os brasileiros. Quando o Jiang Zemin veio, em 2001, o tratamento aqui foi ótimo. O nosso presidente, que é um homem muito afável, muito simpático, decidiu levar para o Palácio...

O.S. - É pouco comum?

A.P. - É muito pouco comum, porque é a residência. Mas correu tudo bem, os chineses gostaram, mas não se pode dizer que houve uma troca profunda de ideias. A importância da viagem aí foi a viagem em si, foi o gesto em si, o que aquilo demonstrava, como frequentemente acontece com as viagens oficiais. Mais do que propriamente o que foi discutido, o fato de que tenha ocorrido é importante. Foi uma viagem que ele fez a outros países da América do Sul, também.

O.S. - Certo. O último presidente chinês que havia visitado o Brasil fazia tempo, também.

K.F. - Sim. Foi em 1993, na época do Itamar. Foi já o Celso Amorim que o recebeu.

A.P. - Os chineses, de certa maneira, agradeciam, sem nunca dizer isso claramente, o fato de que os eventos de 1989 nunca tinham sido objeto de uma crítica oficial brasileira.

Contrariamente ao que ocorreu com a maior parte dos países europeus, os eventos da Praça da Paz Celestial não foram objeto de uma crítica brasileira. A atitude aqui foi considerar como um assunto de política interna, enfim. Nunca se disse a eles isso, mas foi uma sensação minha.

K.F. - No período que o senhor ficou como embaixador, houve uma reaproximação, um chamado segundo ciclo da parceria estratégica, principalmente no que concerne à área espacial, ao comércio. Mas quais foram os esforços colocados em outras áreas, como turismo, intercâmbio cultural? Se pensava nisso?

A.P. - Turismo não muito, não. O turismo cresceu, mas não muito. Curiosamente, quando eu cheguei, uma das principais preocupações brasileiras, da época, e que eu achava triste, era impedir a imigração chinesa ao Brasil. Então, eram criadas barreiras para concessão de visto. Era difícil, tinha que pedir autorização, tinha um caminho burocrático. O objetivo era impedir que os chineses imigrassem ao Brasil. Uma atitude um pouco parecida com a dos europeus, hoje, frente aos africanos.

O.S. - Isso é justificado com a questão do crime?

A.P. - Não, justificado que ia entrar muita gente no Brasil... Eu achava ótimo, que entrem mais chineses. Já entraram japoneses, que são uma excelente mão de obra, se entrassem chineses, seria melhor ainda. Ou tampouco quanto. Mas havia essa atitude.

O.S. - No Itamaraty, ou na sociedade, em termos mais gerais, assim?

A.P. - Olha, em boa parte no Itamaraty.

O.S. - Certo. Que [o chinês] é um turista excelente, hoje em dia, que traz muito dinheiro...

A.P. - Gasta rios de dinheiro, muito respeitoso, é muito disciplinado. Eu estou contando anedotas pequenas, mas, quando eu estava lá, dois funcionários da embaixada casaram com chinesas. Um diplomata e um adido militar (risos). Que se separou da mulher para casar com uma chinesa, e abandonou a sua corporação. Pois é, havia uma certa cooperação ali (risos). Ele abandonou para ficar na China. Ele era um coronel da Força Aérea. O diplomata, não, casou. Aliás, casou com uma chinesa, e não falava chinês. Eu disse que ninguém falava, ele não falava. Ele casou duas vezes com chinesas. Casou uma vez, depois separou, depois casou com uma

segunda, pela segunda vez, com uma chinesa. Ele se tornou conhecido, chama-se Portugal. E ele traduz poesia chinesa dos séculos VIII e IX.

O.S. - Inclusive, quem também fazia isso era a mulher do Embaixador Clodoaldo [Huguency]³.

A.P. - E ambos dizem que o outro não traduz bem (risos). Não sei quem tem razão.

O.S. - Isso é interessante porque, tradicionalmente, a relação entre a sociedade civil é minúscula. A gente vê isso muito estudando, por exemplo, o grupo de hoje do BRICS, que a maior parte da cooperação é liderada pelos governos. Ou seja, a sociedade civil, em si, ainda coopera pouco.

A.P. - Mas hoje, no Itamaraty, há um certo número de rapazes e moças que estudam chinês. Se não me engano, há dois na embaixada, em Pequim que falam chinês perfeito.

O.S. - Mas não na sua época, certo?

A.P. - Não, na época... Ali só esse que estudava poesia chinesa.

O.S. - Por conta própria?

A.P. - É, por conta própria.

O.S. - Então, havia uma ajuda financeira para fazer um curso, na China?

A.P. - Não havia, não. Entre muitos defeitos que o Itamaraty tem, ele tem essa ausência de especialização. A pessoa trabalha na China, talvez em Pequim, depois em Xangai, e depois ele pode ser mandado para Tegucigalpa, que é um lugar que não tem nada a ver. Quer dizer, não há uma especialização, que é um grande defeito. Que os chineses não têm.

O.S. - Ou a Rússia, por exemplo, também não. A Rússia tem pessoas que ficam a carreira inteira na mesma região.

A.P. - Os chineses também. Eu vi chineses no mundo árabe, que falavam chinês e árabe. Eles falam, o atual embaixador da China, no Brasil, Li Jinzhang, fala espanhol, não português. Mas se faz entender perfeitamente. O anterior falava português perfeitamente.

³ Embaixador do Brasil em Pequim de 2008 a 2013.

K.F. - Gao Kexiang. Ele ficou 25 anos no Brasil, algo desse tipo.

A.P. - É.

O.S. - Uma coisa que se nota muito, hoje em dia, falando com especialistas chineses, é que na China faz-se um esforço um maior para entender o Brasil, que há muitos especialistas que falam português. Naquela época, qual foi a sua percepção em relação ao tema Brasil, na sociedade? O senhor, por exemplo, recebia muitos convites para falar em universidades? Havia muitos pedidos de jornalistas? Que tipo de interação, qual foi a imagem que o Brasil tinha, na sociedade?

A.P. - Não havia tanto, não. Havia mais do que no Brasil. No Brasil, havia uma falta de conhecimento, uma ignorância, sobre tudo o que diz respeito à China. Isso diminuiu um pouco, mas continua até hoje. Hoje, há certas organizações sem fins lucrativos, uma das quais...

O.S. - O IBRACH.⁴

A.P. - IBRACH. É a única. Mas muito pouco. Esse desconhecimento, essa ignorância da China, e essa atitude negativista.

O.S. - Mas digo, em relação à percepção sobre o Brasil na China, qual foi sua impressão?

A.P. - Era menos que o contrário. Nós tínhamos uma atitude mais negativa em relação a eles do que eles conosco.

O.S. - Então, por exemplo, era comum o senhor receber pedidos de entrevista com acadêmicos que falavam português, esse tipo de coisa?

A.P. - Não era frequente, mas acontecia. Eu encontrei muito chinês falando português, no Ministério, jornalistas. Certamente mais do que brasileiros falando chinês.

K.F. - Quais foram as suas maiores dificuldades, enquanto o senhor estava na China?

A.P. - Em termos profissionais, eu diria que, às vezes, era difícil marcar uma entrevista. Era difícil, às vezes. Além disso, não. No dia a dia, eu tive sorte, [porque] minha mulher se encantou pela China; ficou, assim, maravilhada. Ia duas, três vezes por semana, para o mercado das

⁴ Institute for Brazil-China Studies.

pulgas fazer compras (risos); se encantou por arte chinesa. Era meio caminho andado. Nós chegamos a falar um pouquinho de chinês...

K.F. - O cotidiano.

A.P. - Cotidiano. Táxi, esquerda, direita, frente, mercado, caro, barato, enfim. Um *broken chinese*. Nós viajamos de trem no interior da China. Eu passei na China, nunca tive uma sensação de medo ou de hostilidade, de modo algum. Foram anos muito felizes da minha vida. Não era fácil ter entrevistas, às vezes, com autoridades chinesas. Eles nos tratavam muito bem, o voto na OMC foi muito importante, a evolução do CBERS⁵, a criação do COSBAN⁶.

K.F. - Isso, que foi em maio de 2004.

A.P. - Mas, aí, um problema nosso, o Clodoaldo tem a mesma ideia. Falta, no Brasil, uma coordenação de política exterior referente à China.

K.F. - Como foi a negociação para a COSBAN?

A.P. - Olha, foi muito rápida. Partiu-se da ideia de que a China podia botar seu Primeiro-Ministro para presidir essa organização. Nós, quem? Não podia ser o Ministro das Relações Exteriores, não tem Primeiro-Ministro, então se botou o Vice-Presidente. Mas o Vice-Presidente, no Brasil, é uma figura que a rigor tem um conteúdo meio fluido. Pode ser poderoso, mas em geral não é.

O.S. - Ele é só cerimonial, no caso.

A.P. - É. A COSBAN foi criada com facilidade, mas, na minha opinião, o conteúdo real foi limitado. O Brasil não possui uma verdadeira política frente à China. Apesar da importância enorme da China, uma potência global, nosso principal parceiro comercial, um país com o qual mantemos boas relações, o Brasil não conseguiu definir uma estratégia frente à China. Certas agências são hostis ou marcam preconceito. Certas empresas são a favor; a FIESP é contra, por causa da concorrência. Evidentemente, a Vale do Rio Doce não é, a Petrobrás também não. Ou seja, há uma falta de coordenação interna da sociedade brasileira. E seria necessário – Clodoaldo disse isso – que houvesse uma agência, ou um representante, não sei direito em que

⁵ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

⁶ Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação.

nível, que pudesse reunir esses vários setores da sociedade brasileira, para tentar definir uma linha frente à China. Evidente que não existe em relação a nenhum país no mundo, mas a China é a nossa principal parceira. Portanto, seria conveniente que pudéssemos fazer isso. A confusão é muito grande, porque nós somos às vezes inimigos, às vezes amigos. A FIESP tem uma preocupação imensa. Aí vem o meio ambiente: o que vamos fazer? Sim, não. Direitos humanos, enfim. A sociedade brasileira é razoavelmente complexa, a chinesa também, aliás. Então, reunir tudo isso num chapéu, é muito difícil. O Itamaraty tentou fazer isso, mas suando muito, se eu posso dizer assim.

O.S. - Os Estados Unidos têm uma posição de *Special Rapporteur*, que é uma pessoa que cuida de uma questão específica. E o senhor acabou assumindo uma posição em relação ao Oriente Médio depois, ou seja, seria possível fazer algo desse tipo sobre a China.

A.P. - Evidentemente, Oriente Médio e China...

A.P. - Eu sou coordenador para o Oriente Médio, fui para vários países. Mas aí era coordenar os vários países. Tinha a organização Palestina, o Líbano, Israel, Irã, enfim, países que nem sempre têm boas relações, e o Brasil tinha que definir, tinha embaixadas em todos. Era um pouco diferente. Mas deveria haver uma coordenação, um grau de coordenação maior do que há. O Brasil tem uma posição desordenada frente à China, e frequentemente, ainda com resquícios de negativismo de certos setores da sociedade brasileira, o que atrapalha muito. Torna difícil o contato, o diálogo, o progresso com o país que será obviamente um parceiro especial do Brasil. Que já é, e continuará a ser. É aquela ideia, aquele quadro que se faz, o Brasil está olhado para o Atlântico, ainda. Toda a sua cultura, a sua história, sua civilização, olha para o Atlântico, quando o mundo está no Pacífico. Até os americanos reconhecem isso hoje.

O.S. - O próprio Obama chama os Estados Unidos de uma potência pacífica (risos).

A.P. - Isso de transferir os interesses, a atenção do Brasil, sem abandonar, necessariamente, o Atlântico, é claro, mas transferir esse interesse maior pelo Pacífico é um exercício complicado, difícil, que bate em preconceitos da nossa sociedade, da nossa cultura até, mas que tem que ser feito.

K.F. - Qual foi uma das negociações mais difíceis que o senhor precisou conduzir?

A.P. - A OMC, obviamente. Mas acabou saindo muito fácil (risos). E as discussões com a EMBRAER. A instalação da Petrobrás, que abriu um escritório lá. Não foi tão difícil com a Petrobrás.

O.S. - Quando que a Petrobrás abriu o escritório?

A.P. - Olha, eu estava lá. Foi no final, em 2003, talvez. Abriu um escritório lá.

O.S. – Mudando de tema um pouco: O que é que acontece no Itamaraty, quando há uma mudança de governo?

A.P. - Boa pergunta. (risos)

O.S. - Qual é a praxe? O senhor, ao longo da sua carreira, viveu muitas mudanças de governo, aliás, inclusive mudança de regime.

A.P. - Até de regime.

O.S. - Exato. O senhor, se não me engano, o senhor entrou em 1963. Inclusive, viveu uma primeira mudança de regime, logo depois Eu acho que, naquela época, tinha duas turmas entrando, no seu ano.

A.P. - É, é.

O.S. - Foi uma época difícil.

A.P. - De tramas e houve, como se diz em linguagem burocrática, uma reforma aumentando o número de vagas. Aí nos seguraram, e juntou com uma segunda turma.

O.S. - Como foi a mudança quando o governo Lula se inicia? Todos os embaixadores recebem uma nova lista de prioridades, ou há um novo jeito de trabalhar? Uma nova agenda? Como foi que isso aconteceu? Porque, de fato, a gente vê uma aproximação maior. Por exemplo, em 2003 cresceu o grupo IBAS. O grupo BRICS demora até 2008 para se institucionalizar. Mas como o senhor viveu aquela mudança? De longe, muito longe, ou não houve nenhuma mudança, nesse sentido?

A.P. - Olha, o Itamaraty tem a pretensão, mais ou menos realizada, de que seus funcionários estejam servindo ao Estado, e não ao Governo. Ou seja, não há uma fidelidade a um líder

político. O entendimento é esse. Eu estou em 2001, numa embaixada qualquer, não é por uma fidelidade ao presidente Cardoso, e que se transfere depois para uma fidelidade para o Lula. Não, é para o Estado brasileiro. É óbvio que isso tem exceções. Haverá três, quatro embaixadas, digamos, a embaixada em Washington, a embaixada junto à ONU, e, talvez, a embaixada em Buenos Aires. Nessas, haverá uma relação com o poder, realmente. Nas demais, não. Você estará servindo o Estado, não tem que apresentar uma carta de demissão, não tem que apresentar um quadro daquilo que você pretende fazer. Você continua. Poderá ser substituído, ou não, mas não há um ministro, não precisa ser, mas que, nesses últimos 20 ou 30 anos, tem sido um diplomata. Desde quando? Desde os anos 1960, praticamente.

O.S. - É, a gente teve a recepção de Rezek, e Celso Lafer.

A.P. - Por pouco tempo, não é?

O.S. - Sim, no caso do Celso Lafer.

A.P. - É. Mas não houve pedidos, ou exigências, de fidelidades partidárias. Em nenhum momento. Por exemplo, o Celso Amorim, quando foi ministro, não pediu de seus funcionários, nem de seu gabinete, nem das principais embaixadas, uma fidelidade ao PT. Antes, não havia fidelidade ao PSDB, não havia. O Ministério conseguiu, como sempre faz, evitar o que existiu em outros países da América Latina, onde houve funcionários decapitados, sendo substituídos. Argentina, por exemplo; Peru, também. No Brasil não houve. No Brasil, se manteve esse corpo de funcionários que, mal ou bem, tinha esse sonho de estar servindo ao Estado. Isso vem do Itamaraty, muito ansioso, desde o Barão do Rio Branco. Exceto, repito, esses dois ou três lugares muito importantes, em que há um vínculo estreito com o poder em Brasília. Por lei, o ministro pode trazer dois funcionários de fora.

O.S. - Do gabinete?

A.P. - Poderia ser do gabinete, ou da imprensa. Só dois. Pode nomear embaixadores, por fora, porque o embaixador é o representante pessoal do presidente, segundo a Constituição. Hoje não há nenhum. Na época militar, havia um no Paraguai, e outro em Lisboa. Houve, um momento, em Paris, depois do AI-5. Mas, além disso, não... O Itamaraty escapou ileso das mudanças de regime que ocorreram no Brasil, o que é uma coisa, eu diria, quase extraordinária. Aconteceu. E há sempre essa ideia, um pouco arrogante, mas de fidelidade à casa.

O.S. - Certo. Então, isso quer dizer que, quando o Celso Amorim assume o cargo de ministro das Relações Exteriores e logo depois o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães assume a Secretaria-Geral [das Relações Exteriores], não há nenhum tipo de novo *guideline*? Por exemplo, contando que a China, agora, é mais importante...

A.P. - Você lê nas entrelinhas. Em discurso do presidente, ou do ministro. Você vai entendendo. Agora você vê, o Samuel Pinheiro Guimarães, obviamente, é um homem de esquerda. O Celso Amorim também, mas uma esquerda mais cuidadosa, eu diria. Se bem que são amicíssimos, um e outro. Mas não houve uma tentativa de botar gente do PT em toda parte. Nem o contrário.

O.S. - Ninguém foi perseguido?

A.P. - Não, ninguém foi perseguido. Houve um grau de perseguição, sim, na época dos militares. Aí foi perseguição por motivos políticos, por homossexualidade e por corrupção. Houve um certo número de diplomatas que rolaram. Alguns voltaram. Voltaram 20 anos depois, recebendo os salários atrasados. Ninguém discutiu isso, não é?

O.S. - Claro. Em maio de 2004 organiza-se a maior missão, a visita oficial de Estado mais robusta, na história.

A.P. - Bom, eu fiquei muito contente de ver que, finalmente, o presidente da República quer vir aqui.

O.S. - Era uma coisa que vinha mais do presidente, ou isso foi uma iniciativa propriamente dita do Celso Amorim, que tinha essa noção da importância?

A.P. - Eu acho que era uma coisa do Lula. Ele, por ter sido candidato três vezes, perdido três vezes, tinha viajado muito. Ele tinha um interesse, que infelizmente a Dilma não tem, por política exterior. E eu acho que foi uma coisa dele. Eu não mencionei outro fato: a política externa chinesa se parece também com a brasileira, na medida em que não tem qualquer caráter dogmático. São políticas altamente pragmáticas, ambas, e não há tentativas de expandir, impor ou defender qualquer dogma. Contrariamente ao que ocorreu, num certo momento da história, com a União Soviética. A China viu seu interesse político nessa região, seu interesse comercial e econômico, e nenhum lado dogmático. Porque entrou em conflito com um Estado marxista,

a princípio, que foi o Vietnã, em 1979. Essa atitude se parece um tanto com a política brasileira, que também não é dogmática, [mas sim] altamente pragmática, procura o interesse nacional. Isso é um outro lado onde Brasil e China têm uma linha convergente. Mas ir à China imaginando uma solidariedade ou um apoio dogmático, é um exercício... A China reconhece potências regionais, com as quais ela quer manter um relacionamento cordial. Evidentemente o Brasil é uma delas.

O.S. - Como foi essa visita? Como foi a coordenação? São 400 empresários, mais ministros...

A.P. - Foi uma grande confusão. Foi uma enorme confusão, inclusive, porque era um exercício de política brasileira interna. O Alckmin participou dessa visita, que não era, exatamente, do PT. Estava lá sentado ao lado do Lula. E eu volto, o importante é que tenha ocorrido. Aquela massa de empresários, foi uma alegria, um espírito brincalhão. O jantar, em Xangai, foi de um luxo assombroso. O Lula ria, enfim. Não se pode dizer que houve nada de concreto decidido, então, mas houve esse contato. E mostrar a importância que se concedia ao país, e isso, certamente, tinha um valor que os chineses entenderam. Agora, não aconteceu, esse interesse minguou com a Dilma. Se bem que ela fez uma viagem à China.

O.S. - Isso, inclusive uma das primeiras, logo depois da Argentina.

A.P. - Argentina-China. Mas não teve muito desdobramento.

O.S. - O senhor também acompanhou, depois, o presidente à Xangai, que ele fez uma segunda viagem.

A.P. - É. Em Xangai, foi uma *grande* recepção. Com o empresariado. Foi uma grande festa, isso eu posso dizer. Não muita coisa além da festa, mas aconteceu.

O.S. - Certo. Simbolismo.

A.P. - É. Símbolo é de que tenha acontecido, na minha opinião. Estava mostrando que seria levado em conta como um parceiro importante.

O.S. - Não havia mesmo que seja a intenção, ou seja, o objetivo, a motivação para aquela visita de também abrir um pouco a mente da sociedade brasileira...

A.P. - Uma descoberta.

O.S. - Isso. E havia muito empresário que visitou pela primeira vez?

A.P. - Ah, havia, certamente. Era uma descoberta. O que é a China? O que é que é a China moderna? Não é aquilo que nos contaram. Não é aquela imagem da Guerra Fria. Era uma descoberta, por parte dos brasileiros.

O.S. - Na verdade, a gente comparou, e era muito raro na história da diplomacia levar tanto empresário. Na China, hoje em dia, acontece mais. Os sul-africanos organizaram alguma coisa, os indianos, etc., mas na história da diplomacia brasileira, fazia-se isso muito pouco, desse tamanho. O senhor juntou esses 400 com outros empresários chineses?

A.P. - É. Os chineses trabalharam muito nisso. O jantar que deram em Xangai foi uma coisa... Houve outro em Pequim. Enfim, foi um grande sucesso. Mas não foi um local em que se...

O.S. - Assinou contratos...

A.P. - É, não.

K.F. - Era apenas fazer uma apresentação para desmistificar a China.

A.P. - Exatamente. Desmistificar, apresentar a China. Dizer que a China não é um “bicho-papão”, dizer que a China será um interlocutor nosso, que a China é um país que oferece uma gama muito vasta de oportunidades para todo tipo de comércio, a maior parte, e que nós temos que aproveitar, é isso.

K.F. - Apenas uma curiosidade, qual é o seu livro favorito sobre a China? (risos)

A.P. - Sabe, um dos livros que mais me impressionaram sobre a China é o livro de Kissinger, “On China”. Que eu achei um pouco arrogante (risos), porque está puxando do lado dele, mas muito interessante, muito interessante. Eu achei fascinante esse livro.

O.S. - Sim, um ótimo livro, como todos dele.

A.P. - Pode-se criticar o Kissinger em algumas coisas, mas que é um homem de uma competência e uma inteligência excepcionais, não tenho dúvida. Não há certas análises históricas, a Revolta dos Taipings, dos Boxers. É tão importante, tão fascinante a história da

China, que o que mais tem me interessado é a China do século XIX para cá. Não a China do final do império, final da Dinastia Chin e do século XX, é claro. Mas conhecer a China bem, eu acho que ninguém no Brasil conhece. É um tema tão rico, tão complicado, tão... Acho que, infelizmente, nenhum de nós... Não conheço ninguém no Itamaraty que conheça bem a China.

O.S. - Há um desafio, então?

A.P. - É um desafio para o mundo acadêmico.

O.S. - Certo, sem dúvida. Eu acho, inclusive, que essa entrevista é um passo, também, para enriquecer os estudos.

A.P. - Eu me sinto com uma dolorosa ignorância quanto à China. Fascínio, não é? [Talvez] haja a consciência de que eu deveria saber muito mais. É muito difícil estudar a China sem se comprometer com uma opinião. Ou exaltar, ou criticar, ou condenar. Condenar a experiência Maoísta, ou não; condenar ou exaltar o Deng Xiaoping, mas é *muito* difícil ter uma opinião digamos, não engajada, sobre a China. Muito, muito difícil.

K.F. - O senhor que gosta do final do século XX, XIX/XX, a imperatriz Cixi?

A.P. - Terrível... Em troca de louça, comprometeu a esquadra chinesa. Foi destruída pelos japoneses, depois.

O.S. - Uma história muito rica mesmo.

A.P. - Uma mulher terrível... Foi uma das que dificultaram a criação de uma China moderna. Foi ela. Se bem que todo julgamento é sempre uma simplificação. Ela, no fundo, acabou com o regime imperial chinês, contribuiu para isso, nesse sentido... Agora, era uma mulher com capacidade intelectual, com uma força, liquidou parte da família dela.

O.S. - Grande determinação.

A.P. - É. É uma pessoa extraordinária, obviamente.

O.S. - Embaixador, muitíssimo obrigado.

A.P. - Obrigado a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

